

Ano XXIV nº 6269 – 04 de novembro de 2020

Bradesco aproveita pandemia para cortar custos e anuncia que vai fechar 1.100 agências até o fim do ano

Enquanto coloca nos cofres o lucro líquido recorrente de R\$ 12,657 bilhões em nove meses, sendo R\$ 5,031 bilhões registrado no terceiro trimestre, o Bradesco fechou 372 agências em igual período. Mas, a ganância dos banqueiros é ainda maior. O banco anunciou que serão fechadas 1.100 agências até o final do ano.

O presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, disse que o corte faz parte do plano de reestruturação de despesas da empresa. Tudo em nome do dinheiro. Do total, 400 são espaços físicos que serão fechados e as outras 700 serão incorporadas e transformadas em unidades de negócios, que possuem um custo de 30% a 40% menor do que as agências, por não terem gastos como de vigilante e carro forte. Para ele, trabalhador é 'mato alto' e precisa ser cortado. Pelas demissões, isso já ficou evidente. Ultrapassam 1,5 mil desde o início da pandemia. No final de setembro, o Bradesco tinha 95.934 funcionários.

O movimento sindical segue firme na campanha nacional que pede o fim dos desligamentos. O banco não passa por crise, muito pelo contrário, recebeu ajuda financeira do governo no início da pandemia. Não faz sentido demitir.

BC: o cartel dos bancos no comando absoluto da economia

O ministro da Economia Paulo Guedes e a base do governo no parlamento brasileiro se aproveitaram das atenções da opinião pública voltadas para as eleições presidenciais dos EUA para aprovar no Senado o texto-base do projeto que permite a chamada autonomia do Banco Central. A proposta atende aos interesses do setor especulativo e das instituições financeiras privadas. Temendo uma derrota eleitoral da direita ultraliberal nas eleições presidenciais do Brasil em 2022, os bancos trataram de garantir seus privilégios e fortalecer ainda mais o cartel do sistema financeiro nacional, controlando a economia do país, com os maiores juros do planeta e a política econômica rentista. O texto-base foi aprovado ontem, dia 03 de novembro, com 56 votos favoráveis e 12 contrários. A medida é defendida por especuladores, grandes investidores e banqueiros, agentes do mercado financeiro e é uma das bandeiras da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro. Com a decisão, um novo presidente da República eleito em 2022 não teria ingerência sobre o BC e as políticas do campo monetário, especialmente em relação aos juros, o que dificultaria um projeto nacional que tentasse uma ruptura com o atual modelo econômico dominante no Brasil, essencialmente especulativo em detrimento dos interesses da produção e do trabalho.

A autonomia do BC seria como que aprofundar o que já ocorre nos últimos anos: a presença da raposa no galinheiro. O cartel dos bancos já possui um relevante poder político na condução da economia brasileira. Com esta medida, independentemente do governo eleito em 2022, o sistema financeiro continuaria a dominar a economia, com ainda mais liberdade para garantir e fortalecer os seus interesses privados.

Novembro é o mês da luta contra violência à mulher

Além do cuidado com a saúde do homem, novembro também é o mês de combate a violência contra a mulher. Os dados são preocupantes. Em abril, auge do isolamento social por conta da pandemia, o número de denúncias feitas ao canal 180 subiu 37% em relação ao mesmo mês do ano passado. De acordo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os feminicídios cresceram 2% nos primeiros seis meses deste ano na comparação com o mesmo período de 2019.

A atuação da categoria bancária sempre foi destaque nas questões de gênero. Foi a primeira a conquistar Cláusula de Igualdade de Oportunidades em acordo coletivo e uma mesa de negociação permanente sobre o tema.

A conquista mais recente dos sindicatos foi a garantia da prevenção, apoio e acompanhamento às vítimas de violência doméstica e familiar, através do acordo assinado entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos. O documento foi incorporado à Convenção Coletiva de Trabalho em setembro e também estabelece o canal de atendimento para as trabalhadoras agredidas.